



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 05/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025,
MUNICÍPIO DE LOBATO, PR**

**A ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO
NOROESTE DO PARANÁ - ACNOR**, associação empresarial privada sem
fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 62.964.064/0001-60, com sede à rua
Vereador Basílio Sautchuk, nº 762, sobreloja 09, CEP 87.013-190, Município
de Maringá, Estado do Paraná, mediante mandato para RENATO BENVINDO
FRATA, brasileiro, casado, advogado com OAB/PR 27.187, e BRUNO
TORTORELLI WINCHE, brasileiro, casado, com endereço na Rua Getúlio
Vargas, 696, em Paranavaí, PR, fone 44-99907-7576 e 3423-1445, endereço
eletrônico renatofrata@hotmail.com, com o devido respeito vem à
presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, com fundamento o
artigo 164, da Lei 14.133/21, e por análise do **Edital de Concorrência
Eletrônica nº 05/2025**, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ
Rua Vereador Basílio Sautchuk, nº 762, Edifício Gran Art Comerciais, sobreloja nº 09
CEP 87.013-190 – Maringá – Pr. Fone 44 99715-0618
acnorconstrutoras@gmail.com



Pelas razões:

O Município de Lobato, Estado do Paraná, iniciou Processo Administrativo na modalidade de Concorrência Eletrônica registrado sob nº 05/2025, cujo objeto é a **EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS SEXTAVADOS, A SER REALIZADA NA ESTRADA FARINHEIRA, CONTINUAÇÃO DA ESTRADA FARINHEIRA E A ESTRADA BANDEIRANTES, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LOBATO –PR.**

O objetivo desta Impugnação é a retificação do projeto e do Edital citado.

Em análise técnica de engenharia dos projetos, planilhas e memoriais, apensos no **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2025**, inconsistências são apontadas por nosso corpo técnico, de forma que se faz necessária a suspensão do processo licitatório até que as dúvidas sejam sanadas e as devidas correções realizadas, de forma que o projeto obedeça às normas técnicas e executivas fundamentais para a boa implantação de um investimento público.

Da Admissibilidade

A Lei 14.133/21, ao tratar das impugnações, dispõe que:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido



até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou de pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame.

Posto assim, a **ASSOCIAÇÃO DAS CONTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ - ACNOR**, é parte legítima para apresentar a presente impugnação, e o faz tempestivamente, devendo esta ser recebida pelo senhor Pregoeiro Oficial e sua r. equipe de apoio para que, na forma da Lei, seja processada e julgada, produzindo seus efeitos.

Da Fundamentação

A) DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS DOS SERVIÇOS

a.1) Em completo desacordo com as determinações do TCU – Tribunal de Contas da União e TCE-PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o projetista desconsidera na composição do valor global da obra licitada, os custos dos **itens – MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**, que compreendem, custos com gestão direta da obra, mobilização e desmobilização de equipamentos dentre outros que compõem custos diretos da obra.

Vejamos o que diz o TCU sobre a questão:

Administração Local Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário

“9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:
9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e
mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos,
por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem
como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte
da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da
transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com
fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e
no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013.”

Recente julgado do TCE-PR (anexo 01), reitera o entendimento de que as composições dos valores globais das obras, devem conter, como itens distintos nas planilhas, os custos de administração local e mobilização e desmobilização.

TABELA DE COMPOSIÇÕES DE SERVIÇOS										SAM:	94
REF. SINAPI - ABRIL/2025 SEM DESONERAÇÃO										Lote:	1
Nº	CÓDIGOS		ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	R\$ UNIT.	MÃO DE OBRA	MATERIAL + EQUIP. + OUTROS	TOTAL	
	ABA SERVIÇOS	ABA INSUMOS									
4			COMP94_1_4	Administração local	un			294.858,24	17.279,59	R\$ 312.137,83	
	93572			ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	11,0000	7.356,27	6.812,64	543,63	80.918,97	
	93567			ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6,0000	25.541,76	25.107,55	434,21	153.250,56	
	94296			TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	10,0000	5.212,09	4.777,40	434,69	52.120,90	
	101389			AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	10,0000	2.584,74	2.149,99	434,75	25.847,40	

Figura 1 – Composição do Serviços de Administração Local.

Porcentual de Administração Local	Mínimo	Médio	Máximo
Construção de Rodovias e Ferrovias no TCU (inserido no custo direto) (9)	1,98%	6,99%	10,68%

TABELA 6 – REFERÊNCIAS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Figura 2 – Referências de Taxa de Administração Local.

Conforme figura 1, composição do serviço de administração local apresentado nos arquivos da licitação e figura 2, referências de taxa de administração local apresentados no Acórdão nº 2.622/2013, podemos verificar que o percentual utilizados pela Prefeitura está abaixo da média usual, tendo apresentado uma Administração Local de Obra no valor de R\$ 312.137,83, sendo 1,34% do valor do contrato, abaixo da média de referência do TCU de 6,99%.

Assim, questionamos: **O QUE FUNDAMENTA A AUSÊNCIA DOS SERVIÇOS COMPONENTES DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO E PERCENTUAL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA ABAIXO DA MÉDIA REFERENCIAL DO TCU, NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO?**

B) DA JAZIDA PARA EXPLORAÇÃO DE MATERIAL DE ATERRO

b.1) O Edital de Concorrência Eletrônica nº 014/2025, o projeto e memorial descritivo dos serviços, bem como a planilha geral de preços e serviços da obra, indica a necessidade da importação de material de jazida para aterros e para execução da terraplenagem, que implica na necessidade de



escavação, carga e transporte deste material.

No entanto, o projeto não indica o local da jazida, tampouco o cálculo de disponibilidade de volume necessário para o aterro projetado. Ainda é falho o projeto quando não apresenta o licenciamento ambiental da jazida e os ensaios tecnológicos de análise do grau de compactação do material a ser explorado.

O projeto anexo ao processo licitatório, determina em seu memorial descritivo, que o material de jazida possua um Índice de Suporte California (ISC), compatível com a necessidade de suporte após compactado. No entanto, não apresenta os ensaios que determinam o suporte do material da jazida indicada.

EXISTE JAZIDA DE TERRAS PREVIAMENTE LICENCIADA PELO IAT (INSTITUTO ÁGUA E TERRA DO PARANÁ) E COM ANÁLISE DE I.S.C. COM RESULTADOS CONDIZENTES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DENTRO DA DMT (DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE) INDICADA NO PROJETO?

Questionamos ainda: **EXISTINDO A JAZIDA, ESTA É DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO OU DE PARTICULAR? EXISTE COBRANÇA DE ROYALTIES SOBRE A EXPLORAÇÃO DO MATERIAL DA JAZIDA? SE POSITIVO SOBRE A NECESSIDADE DE PAGAMENTO DE ROYALTIES PARA A EXPLORAÇÃO, ESTE CUSTO FOI CONSIDERADO NA COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE NECESSITAM DESTE MATERIAL?**

Vejamos o que determina o TCU (Tribunal de Contas da União), quanto à regular indicação de jazidas, em projetos a serem licitados pelos órgãos públicos.

Tribunal de Contas da União, no Acórdão 670/2012 –

“A Administração deve elaborar o levantamento das jazidas comerciais e não comerciais da região da obra, com os respectivos ensaios acerca da viabilidade técnica e econômica do uso ou não do material na obra, com destaques para os areais, em atenção ao art. 7º c/c art 6º, inciso IX, alínea F e inciso X, da lei 8.666/93, que dispõe entre outras coisas, que o orçamento da obras deve estar fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.”

No que tange a ausência das licenças ambientais de instalação e operação das obras [...] o TCU firmou o entendimento, por meio do Acórdão nº 516/2003, de que constituem indício de irregularidade grave, para efeito de paralisação da obra, a contratação com base em projeto básico elaborado sem a existência de licença prévia, o início de obras sem a licença de instalação e o início das operações do empreendimento sem a competente licença de operação.

Quanto à necessidade de licenciamento da jazida de empréstimo de material para aterros, vejamos o que diz o IAT – PR (Instituto Água e Terra do Estado do Paraná) sobre os CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO DO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 5º Para os efeitos desta Instrução Normativa, o enquadramento de ato administrativo necessário para movimentação de solo no território paranaense é estabelecido conforme incisos seguintes.

I – Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLAM: exclusivamente para movimentações de solo com volume total inferior ou igual a 100 m³, desde que não estejam localizados em áreas ambientalmente frágeis ou protegidas, tais como Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Áreas Úmidas e Unidades de Conservação, e não haja necessidade de supressão de vegetação nativa;

II – Autorização Ambiental – AA: para movimentações de solo com volume total superior a de 100 m³ ou inferior a 100 m³ que estejam localizados em áreas ambientalmente frágeis ou protegidas, tais como Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Áreas Úmidas e Unidades de Conservação, ou necessitem de supressão de vegetação nativa.

§ 1º Para terraplanagem com volume total acima de 100 m³ fica vedada a fragmentação em múltiplas Dispensas de Licenciamento Ambiental.

§ 2º Para a movimentação de solo dispensada de licenciamento ambiental não é obrigatória a obtenção de Dispensa do Licenciamento Ambiental – DLAM.

Seção I

Da Definição do Porte

Art. 6º Para os efeitos desta Instrução Normativa, o porte da movimentação de solo é definido considerando o volume total de movimentação de solo, de acordo com a tabela abaixo.

PARÂMETRO PARA ESTABELECE O PORTE PORTE

Até 1.000 m³ (mil metros cúbicos) Micro (Mi)

Até 10.000 m³ (dez mil metros cúbicos) Pequeno (P)

Até 100.000 m³ (cem mil metros cúbicos) Médio (M)

Até 500.000 (quinhentos mil metros cúbicos) Grande (G)

Acima de 500.000 (quinhentos mil metros cúbicos) Excepcional (E)

Art. 7º Havendo qualquer alteração nas características do porte nos empreendimentos e/ou atividades que impliquem na mudança da modalidade de procedimento administrativo, deverá ser requerido novo procedimento de licenciamento ambiental pelo empreendedor.

Fica claro que o volume de ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA, para terraplanagem e base de solo cimento num total de 11.084,17 m³, necessita de licenciamento ambiental e licenciamento prévio.

b.2) Transcrevemos aqui o ITEM 7.5.3.4.3, (a), do edital em epígrafe.

“No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a



empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações juntamente com a legislação pertinente do município onde será realizada”.

Vejamos o que diz a resolução do CONAMA nº 307:

“Considerando que a gestão integrada de resíduos da construção civil deverá proporcionar benefícios de ordem social, econômica e ambiental, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Resíduos da construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, **solos**, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha;

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados,

tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. (nova redação dada pela Resolução 448/12)

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei. (nova redação dada pela Resolução 448/12)

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.

Art. 5º É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em consonância com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. (nova redação dada pela Resolução 448/12)

Art. 6º Deverão constar do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil: (nova redação dada pela Resolução 448/12)

I - as diretrizes técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local e para os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores; (nova redação dada pela Resolução 448/12)

II - o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento;

III - o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e reservação de resíduos e de disposição final de rejeitos;

IV - **a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas;**

No memorial descritivo anexo ao projeto e ao processo licitatório, item 6.5.1 CORTE, o projetista afirma: “As operações de corte compreendem escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto, carga e transporte dos materiais para bota-foras. Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização, com DMT indicada em orçamento. Resaltamos que o questionário ambiental, componente anexo do projeto licitado, em seu item 3(c) afirma que será necessária a movimentação de terras, para a execução das obras projetadas, sem determinar o volume



desta movimentação, conforme solicita o questionário.

Assim, questionamos: **QUAL A ÁREA DETERMINADA PARA O DEPÓSITO DO BOTA FORA DA TERRAPLAGEM? ESTA ÁREA ESTÁ DEVIDAMENTE LICENCIADA E ATENTE AS DETERMINAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 307 DO CONAMA?**

C) DO ATERRO DAS CALÇADAS E CANTEIROS

e.1) Os canteiros centrais das avenidas previstas, não contemplam a execução dos aterros necessários para o nivelamento após a instalação dos meios-fios.

e.2) As calçadas previstas, não contemplam os volumes de aterros e compactação para que atinjam a cota de início de lançamento do concreto. Ressalta-se que nas especificações do item urbanização, constante no memorial descritivo anexo ao projeto e ao processo licitatório, admite-se a necessidade de aterros para implantação das calçadas. No entanto, este serviço não é quantificado na planilha de composição de custos da obra.

Assim, questionamos: **DE QUEM SERÁ A RESPONSABILIDADE DE EXECUÇÃO DESTES ATERROS?**

Desta forma, a **ASSOCIAÇÃO DAS CONTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ**, na defesa de seus associados, do interesse público e da boa prática da engenharia, buscando a otimização dos

investimentos em obras de qualidade, vem respeitosamente à autoridade competente, através do presente ato, **IMPUGNAR O PRESENTE EDITAL**, solicitando que os apontamentos técnicos e jurídicos apresentados, que impactam diretamente na execução da obra licitada, sejam analisados pelo Município e as correções necessárias devidamente sanadas.

Do Requerimento

Pelo exposto, requer o conhecimento desta Impugnação bem como procedência para retificar o projeto e o Edital de Concorrência Eletrônica nº 05/2025, conforme apontamentos acima, a fim de que seja submetido à revisão e se possa, em seguida, dar continuidade ao processo licitatório.

Para que se cumpra todos os efeitos legais, cópia da presente impugnação é encaminhada ao respeitável Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Pede deferimento.

Maringá - Pr, 27 de novembro de 2025

p/p **RENATO
BENVINDO
FRATA**
Renato Benvindo Frata
Advogado OAB/PR 27.187

Assinado de forma
digital por RENATO
BENVINDO FRATA
Dados: 2025.11.27
14:57:02 -03'00'

Bruno Tortorelli Winche
Advogado OAB/PR 34.531

ANEXO 01

Composição de valor global em licitação de obras deve ter custos de mobilização

Municipal 31 de outubro de 2025 - 09:00

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)



Ao expedir medida cautelar, o conselheiro Maurício Requião reforçou o entendimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) de que as planilhas orçamentárias vinculadas a editais de licitação devem considerar, na composição do valor global da obra - custos diretos -, os custos dos itens de administração local e de mobilização e desmobilização.

No caso, a decisão liminar suspende a Concorrência Eletrônica nº 11/2025, lançada pela Prefeitura de Querência do Norte com o objetivo de contratar empresa para executar obras de pavimentação de vias urbanas nesse município da Região Noroeste do Paraná pelo valor total previsto de R\$ 11.989.554,80.

O relator acolheu, de forma liminar e monocrática, Representação da Lei de Licitações formulada pela Associação das Construtoras de Obras Públicas do Noroeste do Paraná (Acnor). De acordo com a entidade, o edital do certame desconsiderou, na composição do valor global das obras, os custos de administração local e de mobilização e desmobilização.

Além disso, a representante alegou que o projeto apresentado é falho ao não indicar o local da jazida, o cálculo de disponibilidade de volume necessário, o licenciamento ambiental da jazida e os ensaios tecnológicos de análise do grau de compactação do material a ser explorado.

Fundamentação

Ao emitir a cautelar, Requião afirmou que os custos de administração local e mobilização e desmobilização são custos diretos da obra e, portanto, devem estar destacados nas planilhas de composição de custos dos projetos. Ele destacou ainda que, aparentemente, há confusão conceitual entre o que são esses custos, que são diretos, e o BDI (bonificação de despesas indiretas).

O conselheiro ressaltou que a discriminação é exigida porque esses custos são passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado pela administração pública, em consonância com o princípio da transparência dos gastos públicos e as legislações específicas sobre o tema.

Ele frisou ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) orienta os licitantes a discriminarem os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos.

O relator também expressou que há na licitação disposições contraditórias sobre a responsabilidade pela indicação e licenciamento da jazida, evidenciando irregularidades na elaboração do projeto básico e na composição do orçamento estimado da licitação.

Requião salientou que o entendimento do TCU é de que a administração deve elaborar o levantamento das jazidas comerciais e não comerciais da região da obra, com os respectivos ensaios sobre a viabilidade técnica e econômica do material, garantindo que o orçamento esteja fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

Finalmente, o conselheiro afirmou que o TCU firmou o entendimento de que a contratação baseada em projeto básico elaborado sem a existência de licença prévia constitui indicio de irregularidade grave, passível de paralisação da obra.

Decisão

O Município de Querência do Norte e seus representantes legais receberam o prazo de 15 dias para manifestarem-se a respeito das possíveis irregularidades apontada na medida cautelar. Caso a decisão não seja revogada, seus efeitos perduram até que o Tribunal Pleno do TCE-PR decida sobre o mérito do processo.

A cautelar foi concedida por meio de despacho expedido pelo relator em 17 de outubro e homologada, de forma unânime, na Sessão de Plenário Virtual nº 20/25 do Tribunal Pleno do TCE-PR, concluída no dia 23 do mesmo mês. Cabe recurso contra o Acórdão nº 3018/25 - Tribunal Pleno, veiculado nesta quinta-feira (30), na [edição nº 3.558 do Diário Eletrônico do TCE-PR](#).

Serviço

Processo nº:	643479/25
Acórdão nº	3018/25 - Tribunal Pleno
Assunto:	Representação da Lei de Licitações
Entidade:	Município de Querência do Norte
Interessados:	Alex Sandro Fernandes e Associação das Construtoras de Obras Públicas do Noroeste do Paraná
Relator:	Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

Autor: Diretoria de Comunicação Social
Fonte: TCE/PR



PROCURAÇÃO AD JUDITIA ET EXTRA
OUTORGANTE:

ACNOR – ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ, entidade associativa de direito privado, com CNPJ nº 62.964.064/0001-60, com sede na Rua Vereador Basílio Sautchuk, 762, Zona 01, Edifício Gran Art Comerciais, sobreloja nº 09, CEP 87.013-190, em Maringá, Pr, pelo seu presidente, MARCOS CHARLES PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, economista, com CI/RG 4.689.058-2PR e CPF 818.228.639-53, encontrável em Paranaíba, PR

OUTORGADOS:

RENATO BENVINDO FRATA, casado, advogado, OAB/PR 27187, com CPF 051.183.608-20, BRUNO TORTORELLI WINCHE, casado, advogado OAB/PR 34.531, CPF 022.763.299-04, e BRUNO TORTORELLI WINCHE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 37.944.841/0001-67 com endereço profissional na Rua Getúlio Vargas, 696, em Paranaíba, PR, endereço eletrônico renatofrata@hotmail.com, fone: 44-3423-1445.

PODERES:

a quem confere os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, permitindo atuar em todas fases do processo, ESPECIALMENTE A IMPUGNAÇÃO A EDITAIS; propor contra quem de direito as ações que se fizerem necessárias, defendendo-o das contrárias, atinentes, conferindo, ainda, aos outorgados para transigir; desistir; firmar compromissos e/ou acordos, acolher valores relacionados com o litígio, podendo receber e dar quitações da parte contrária ou de terceiros relacionados com o objeto deste mandato; firmar compromisso; assinar declaração de hipossuficiência econômica; agir em conjunto ou separadamente, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

INTIMAÇÕES

deverão ser feitas em nome de RENATO BENVINDO FRATA, casado, advogado, OAB/PR 27187, CPF (MF) nº. 051.183.608-20, com endereço profissional na Rua Getúlio Vargas, 696, em Paranaíba, PR, endereço eletrônico renatofrata@hotmail.com, fone: 44-3423-1445.

Paranaíba, 06 de novembro de 2025.

ACNOR – ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ
CNPJ nº 62.964.064/0001-60

ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ
Rua Vereador Basílio Sautchuk, nº 762, Edifício Gran Art Comerciais, sobreloja nº 09
CEP 87.013-190 – Maringá – Pr. Fones 44 3940-0994 / 99715-0618
acnorconstrutoras@gmail.com



**ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS
DO NOROESTE DO PARANÁ**

ESTATUTO

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A **ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ**, doravante denominada **ACNOR**, fundada aos 25 dias do mês de julho do ano de 2025, com sede na rua Vereador Basílio Sautchuk, nº 762, Zona 01, Edifício Gran Art Comerciais, sobreloja nº 09, CEP 87.013-190, Município de Maringá, Estado do Paraná, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, cujo prazo de duração é indeterminado.

Artigo 2º - São objetivos da associação:

- a) Defender e representar os interesses das associadas perante as Administrações Públicas, Federal, Estadual e Municipal, incluindo órgãos de administração direta e indireta, autarquias e sociedades de economia mista, bem como perante a sociedade civil;
- b) Contribuir para o desenvolvimento da construção civil, da construção pesada e infraestrutura viária na região onde a **ACNOR** exercer suas atividades, através do estímulo às atividades de capacitação profissional, tecnológica, econômica, educacional, social e de interesse geral da comunidade;
- c) Realizar atividades de apoio à capacitação das empresas associadas para o aperfeiçoamento de seus produtos e serviços, através de instrumentos e processos internos para a realização de tal finalidade;
- d) Realizar atividades, sem fins lucrativos, em favor das suas associadas e para propósitos de desenvolvimento da construção civil, construção pesada, infraestrutura e elétrica;
- e) Promover a realização de seminários, cursos e palestras com profissionais das áreas da construção civil, da construção pesada de infraestrutura, inclusive gestão de qualidade;
- f) Colaborar com os poderes públicos e com as organizações congêneres, mediante formalização de termos de cooperações técnicas, para o bom andamento e desenvolvimento das atividades relacionadas com a construção civil, pesada e elétrica;
- g) Estimular a integração dos associados e seus colaboradores, estimulando a convivência harmoniosa por meio do desenvolvimento de atividades esportivas, sociais e culturais;



h) Zelar e defender a ética profissional;

i) Contratar profissionais para a elaboração de relatórios, pareceres, consultorias e outras atividades específicas para a defesa do interesse público e de suas associadas.

Artigo 3º - A **ACNOR** não tem fins lucrativos e não distribuirá lucros, resultados ou qualquer remuneração, seja às empresas associadas, a seus diretores, tendo eventual resultado positivo como destino a aplicação em atividades institucionais.

Parágrafo único - A **ACNOR** não prestará serviços remunerados às suas associadas ou à terceiros, sendo a contribuição das associadas a única fonte de recursos para manter suas atividades institucionais em geral.

CAPÍTULO II - DAS ASSOCIADAS

Artigo 4º - Serão consideradas associadas as pessoas jurídicas, empresas construtoras, do ramo de construção civil, construção pesada e infraestrutura, devidamente registradas no CREA-PR, com sede ou filial na Região Noroeste do Estado do Paraná, que quiserem ingressar no quadro associativo da **ACNOR**, após analisadas e aceitas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único - Todas as associadas possuem uma única quota (título) e pertencem às seguintes categorias:

I - **Fundadoras**: aquelas empresas que participaram da fundação da **ACNOR** e que ainda se encontram ativas e em dia com as obrigações associativas;

II - **Efetivas**: aquelas que ingressaram após a data da fundação; e

III - **Beneméritas**: - aquelas pessoas físicas ou jurídicas que mesmo não preenchendo os requisitos para serem associadas tiverem prestado relevantes serviços à **ACNOR**, desde que indicadas por iniciativa de 02 (duas) associadas, cuja proposta de admissão será analisada em reunião da Diretoria Executiva, no prazo máximo de (60) sessenta dias, a contar da data de apresentação ou da data da entrega do último documento solicitado e desde que preenchidos os seguintes critérios:

- a) Manifeste alto espírito de colaboração com o poder público;
- b) Promova a solidariedade das associadas;
- c) Concorra para o desenvolvimento do patrimônio da **ACNOR**, mediante doações e legados.

Artigo 5º - As candidatas a associada na categoria "Efetiva" deverão apresentar seu pedido de admissão instruído com os seguintes documentos:

I - Qualificação completa da empresa, dos sócios e/ou representantes legais;

II - Cópia do contrato social em vigor ou estatutos sociais, registro no CREA-PR da circunscrição da **ACNOR**; e



III – Prova de ter sede ou filial, estabelecida na circunscrição da **ACNOR**.

Artigo 6º – A proposta da empresa pessoa jurídica candidata à associada na categoria “Efetiva” deverá ser apresentada por 02 (duas) associadas no gozo de seus direitos, sendo a proposta de admissão analisada e decidida em reunião da Diretoria Executiva, no prazo máximo de (60) sessenta dias corridos, a contar da data de apresentação ou da data da entrega do último documento solicitado.

Parágrafo 1º - A Diretoria poderá solicitar, sob pena de indeferimento do pedido de associada, os documentos ou informações que julgarem necessárias, além dos mencionados no artigo anterior.

Parágrafo 2º – As associadas deverão receber, no ato da admissão, uma cópia do Estatuto da **ACNOR** para que tenham conhecimento de seus direitos e obrigações.

Artigo 7º – Qualquer associada poderá deixar a **ACNOR** mediante expressa comunicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e pagamento de eventuais débitos, sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

Artigo 8º – A associada que descumprir com as obrigações estabelecidas neste Estatuto poderá ser excluída por justa causa, por decisão da Diretoria Executiva, cabendo recurso para a Assembléia Geral no prazo de 15 (quinze) dias, contados da expressa comunicação.

CAPITULO III - DOS DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES

Artigo 9º – São direitos das associadas:

I – Participar e votar nas Assembléias Gerais, desde que estejam em dia para com suas obrigações pecuniárias, podendo participar com a presença dos sócios ou qualquer outro representante mediante procuração específica que deverá ser apresentada antes da Assembléia ao Presidente da Diretoria Executiva;

II – Concorrer, por seus sócios, aos cargos de Diretoria;

III – Usufruir os serviços e benefícios proporcionados pela **ACNOR**;

IV – Frequentar a sede, inscrever-se em qualquer das comissões, tomar parte nas reuniões, excursões e congressos, estudar e discutir as questões que apresentarem e solicitar apoio da **ACNOR** para a defesa de seus direitos e interesses profissionais.

Parágrafo único: O pedido de apoio referido no inciso IV deste artigo deverá ser dirigido à Diretoria Executiva, que resolverá, sem direito a recurso, se a **ACNOR** deverá ou não prestá-lo.

Artigo 10º – São deveres das associadas:

I – Pagar a mensalidade, cujo valor é determinado no **Artigo 11º**;

II – Comparecer às Assembléias Gerais e acatar suas decisões;



III – Bem desempenhar o cargo para que for eleito seu representante e no qual tenha sido investido;

IV – Prestigiar a **ACNOR** por todos os meios legais ao seu alcance;

V – Contribuir para o desenvolvimento do espírito e fortalecimento de sua classe e da **ACNOR**.

Artigo 11º – As associadas pagarão mensalidades, no valor de ½ (meio) salário mínimo nacional, com vencimento no último dia útil do mês cada dia 05 (cinco) do mês em curso, podendo a mesma ser liquidada em uma única parcela.

Artigo 12º – As associadas em débito com a **ACNOR** não serão consideradas em pleno gozo de seus direitos associativos.

Parágrafo 1º – A associada que infringir o presente Estatuto, bem como aquela que demonstrar conduta incompatível com os objetivos profissionais e sociais terá seus direitos estatutários suspensos, enquanto perdurar sua penalidade, que poderá ser:

a) advertência;

b) suspensão de seus direitos por um período de 30 (trinta) à 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por prazo indeterminado a critério da Diretoria Executiva;

c) multa no valor mínimo equivalente a 01 (uma) mensalidade e máximo de 10 (dez) mensalidades, dobrado em caso de reincidência específica, com suspensão de seus direitos enquanto não pagar a obrigação; e

d) eliminação.

Parágrafo 2º – A associada que ficar 06 (seis) meses em débito com a **ACNOR** poderá ser eliminada sumariamente do quadro associativo, sem prejuízo do direito de cobrança judicial ou extrajudicial das anuidades em débito até aquela data, bem como das demais obrigações decorrentes de sua filiação com a **ACNOR**.

Parágrafo 3º – Para a aplicação da penalidade a Diretoria Executiva levará em consideração a gravidade da falta cometida e os antecedentes da associada.

Parágrafo 4º – A associada será notificada por escrito da penalidade que lhe for aplicada, por meio de carta com aviso de recebimento e disporá do prazo de 15 (quinze) dias para interpor recurso à Diretoria, contados da data de recebimento.

Parágrafo 5º – Das decisões da Diretoria caberá recurso, também no prazo de 15 (quinze) dias, para a Assembléia Geral.

CAPÍTULO – IV - DAS CONDIÇÕES DE VOTAR E SER VOTADO

Artigo 13º – São condições para votar e ser votado, em eleições da **ACNOR**:

I – Ser associado fundador ou efetivo, há pelo menos três (03) meses e ter mais de 03 (três) anos no exercício de sua atividade profissional;

II – Estar em gozo de seus direitos associativos;

Parágrafo 1º – Cada associada terá direito a 01 (um) voto, mesmo que tenha mais de 01 (um) representante;



Parágrafo 2º - Os cargos eletivos serão preenchidos por membros da lista de representantes das associadas, podendo ser eleito apenas 01 (uma) pessoa de cada associada.

CAPÍTULO V - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E DELIBERATIVOS

Artigo 14º – A estrutura organizacional básica da **ACNOR** compõe-se dos seguintes órgãos de deliberação superior, de fiscalização e de direção:

- I – Assembléia Geral
- II – Diretoria Executiva
- III – Conselho Fiscal

Artigo 15º – Os membros e diretoria de que trata o artigo 14º, no exercício regular de suas atribuições e competência, bem como suas associadas não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações ou encargos da **ACNOR**.

Artigo 16º – Os membros da Diretoria Executiva eleitos não perceberão da **ACNOR** remuneração de qualquer espécie, sendo-lhes devido, porém, o fornecimento de meios adequados de transporte e de diárias para custeio da estadia quando do deslocamento no interesse da **ACNOR**.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 17º – A Assembléia Geral é o órgão soberano da **ACNOR** e é constituída pelo conjunto das associadas e presidida pelo Ex Diretor Presidente mais recente.

Artigo 18º – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses, por deliberação de seu presidente e extraordinariamente, por convocação de 1/5 (um quinto) das associadas, para a finalidade expressa na convocação, podendo também ser convocada pelo Diretor Presidente da **ACNOR**.

Artigo 19º – Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I - Eleger e destituir membros da Diretoria Executiva da **ACNOR**;
- II - Aprovar e alterar o Estatuto da **ACNOR**;
- III - Decidir sobre a incorporação, consolidação ou associação da **ACNOR** com alguma outra pessoa jurídica;
- IV - Decidir, em grau de recurso, sobre a exclusão de uma associada;
- V - Decidir sobre a dissolução da **ACNOR** e a destinação de seu patrimônio.
- VI - Apreçar e aprovar o relatório anual, as contas e o balanço anual da **ACNOR**, apresentadas pela Diretoria Executiva;
- VII – Decidir sobre todo e qualquer assunto de interesse geral da **ACNOR**.



Artigo 20º – As convocações para as Assembléias Gerais serão feitas através de cartas circulares e/ou e-mail enviados para todas as associadas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data fixada para a sua realização, devendo constar da convocação os assuntos a serem tratados, além da hora e local para a sua realização.

Artigo 21º – As Assembléias Gerais serão realizadas em 1ª (primeira) convocação com a presença de maioria absoluta das associadas ou em 2ª (segunda) e última convocação com qualquer número de presentes, 30 (trinta) minutos após o horário designado para a sua realização em primeira convocação.

Artigo 22º – Para a destituição da Diretoria Executiva, Alteração do Estatuto da **ACNOR**, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) das associadas presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta das associadas, ou com menos de 1/3 (um terço) na convocação seguinte.

Artigo 23º – As atas das Assembléias serão assinadas pelos membros da mesa diretora dos trabalhos, anexando-se a lista de presença.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 24º – A Diretoria Executiva da **ACNOR** será composta por 6 (seis) membros representantes das associadas em dia para com suas obrigações pecuniárias, eleitos pela Assembléia Geral, sendo 01 (um) Presidente e 4 (quatro) Vice-Presidentes, cujas atribuições serão abaixo exemplificadas.

I – Presidente

II – Vice Presidente – Secretário

III – Vice Presidente – Tesoureiro

IV – Vice Presidente – Diretor Técnico da Construção Civil

V – Vice Presidente – Diretor Técnico da Construção Pesada e Infraestrutura

Parágrafo único - O mandato dos membros eleitos para compor a Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, admitida a reeleição do Presidente da Diretoria Executiva por mais 01 (um) mandato consecutivo.

Artigo 25º – Compete ao Presidente:

I – A execução das deliberações tomadas pelas Assembléias e pela Diretoria;

II – A representação da **ACNOR** em juízo ou fora dele;

III – A superintendência de todos os negócios da **ACNOR**;



IV – A fiscalização da observância do Estatuto;

V – A Convocação das Assembléias, eleições e reuniões de Diretoria bem como a direção dessas reuniões;

VI – A escolha da equipe administrativa da **ACNOR** entre profissionais com experiência, qualificados e capacitados, sem quaisquer vínculos com as empresas associadas.

VII – Nomear associados e/ou voluntários de reconhecida capacidade técnica para auxiliarem os Vice Presidentes que assumirem novos departamentos: como ações sociais, feiras, cursos, seminários, entre outros.

Parágrafo 1º - Em caso de impedimento ou vacância o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente Secretario e assim sucessivamente na ordem dos incisos II a V do artigo 24º deste Estatuto.

Parágrafo 2º: Vagando qualquer uma das vice-presidências, a Diretoria Executiva indicará novo nome a ser ratificado em Assembléia Extraordinária.

Artigo 26º – Compete ao Vice Presidente – 1º Secretário:

I – Organizar e manter em ordem a secretaria;

II – Examinar a correspondência e, depois de convenientemente informada ou preparada, encaminhá-la ao Presidente para o despacho;

III – Auxiliar na organização do orçamento conjuntamente com Vice Presidente - Tesoureiro para o exercício seguinte e as contas do exercício anterior, para aprovação em Assembléia;

IV – Executar outras tarefas solicitadas pelo Presidente.

Artigo 27º – Compete ao Vice-Presidente – 1º Tesoureiro:

I – Acompanhar todo o movimento financeiro da **ACNOR**, acompanhando os recebimentos, autorizando as despesas previstas no orçamento aprovado para o exercício e assinando os cheques e/ou ordens de pagamentos, autorizados pela presidência;

II – Apresentar balancetes mensais e o balanço geral do exercício;

III – Auxiliar na organização conjuntamente com o Vice Presidente – Secretário do orçamento para o exercício seguinte e as contas do exercício anterior, para aprovação em Assembléia.

IV – Executar outras tarefas solicitadas pelo Presidente.

Artigo 28º – Os demais Vice-Presidentes terão as seguintes atribuições:

a) Vice Presidente – Diretor Técnico da Construção Civil

I – Participação junto a entidades de classe;



II – Coordenar e promover as atividades relacionadas ao setor da construção civil, na **ACNOR**

III – Executar outras tarefas designadas pelo Presidente da **ACNOR**;

IV – Prestar contas as associadas nas reuniões plenárias.

b) Vice Presidente – Diretor Técnico da Construção Pesada e Infraestrutura

I – Participação junto a entidades de classe;

II – Coordenar e promover as atividades relacionadas ao setor da construção pesada e infraestrutura, na **ACNOR**

III – Executar outras tarefas designadas pelo Presidente da **ACNOR**;

IV – Prestar contas as associadas nas reuniões plenárias.

Artigo 29º – O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e terá como incumbência, analisar e fiscalizar as ações e contas da diretoria da **ACNOR**, emitindo pareceres de aprovação ou reprova das mesmas.

Artigo 30º – A administração, por sua Diretoria Executiva, será exercida de acordo com o plano geral de ação da **ACNOR**, apresentado no ato da inscrição da chapa.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, mensalmente, por convocação de seu presidente e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros, que não poderá recusar-se a fazê-lo.

Parágrafo 2º - Para efeitos de contribuição das associadas para os objetivos comuns, a Diretoria Executiva proporá o orçamento e os custos gerais da **ACNOR** para o período contemplado no plano geral, a serem suportadas por todas as associadas, assim como os relativos aos projetos específicos, esses a serem suportados pelas associadas que estiverem engajadas em tais projetos e a ele tenham especificamente assentido.

Artigo 31º – As associadas, os Diretores e eventuais outros representantes da **ACNOR** ficam expressamente proibidos de usar o nome da **ACNOR** em quaisquer negócios alheios aos objetivos e finalidades previstas neste Estatuto, bem como ficam proibidos de dar garantias, fianças e avais em nome da **ACNOR** em favor das associadas, dos diretores, representantes ou de quaisquer terceiros.

CAPITULO VI - DAS ELEIÇÕES E POSSE

Artigo 32º – As associadas poderão ser representadas por procuradores devidamente habilitados, maiores de 18 anos, desde que comuniquem expressamente a **ACNOR**, apresentando procuração específica e revestida das formalidades legais.



Artigo 33º – O direito de se candidatar e de ocupar cargo na Diretoria da **ACNOR** é dos sócios da empresa associada ou de representantes indicados, diretamente vinculados à empresa associada.

Artigo 34º – As eleições para a Diretoria da **ACNOR**, realizar-se-ão a cada 02 (dois) anos, na última quinzena do mês de novembro, por chapa completa e registrada na secretaria da **ACNOR** em até 30 (trinta) dias antes do dia das eleições.

Parágrafo 1º - Para o registro da chapa, os candidatos a presidência da Diretoria Executiva deverão, obrigatoriamente, apresentar um plano geral de ação para a sua gestão.

Parágrafo 2º - Na sede da **ACNOR** será instalada uma Junta Eleitoral composta por 03 (três) associadas indicadas pela Diretoria Executiva 30 (trinta) dias antes das eleições, podendo os trabalhos serem acompanhados e fiscalizados por qualquer associada, vedada a presença de não associados no local de votação.

Parágrafo 3º - O voto será em escrutínio secreto, caso haja mais de uma chapa concorrente, ou por aclamação, caso haja apenas uma chapa concorrente.

Parágrafo 4º - A votação ocorrerá por no mínimo três horas, findas as quais a Junta Eleitoral procederá a contagem dos votos, caso o escrutínio seja secreto, ou certificará a aclamação em relatório à ser enviado ao Presidente da Diretoria Executiva, declarando vencedora a chapa eleita ou aclamada, caso não haja impugnação.

Parágrafo 5º - Qualquer associada poderá impugnar a candidatura de uma chapa ou o resultado das eleições, desde que o faça em até 15 (quinze) dias após a inscrição da chapa no caso de impugnação de candidatura ou no prazo de 24 (vinte e quatro) horas no caso de impugnação do resultado das eleições, em petição escrita e fundamentada, dirigida a Junta Eleitoral que em conjunto com a Diretoria Executiva decidirá sobre a impugnação, decisão que não comportará recurso.

Artigo 35º – Os eleitos passarão a exercer a função a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano imediatamente subsequente ao da realização da eleição e a cerimônia de posse será em mês e dia determinado pela nova diretoria.

Artigo 36º – Em caso de renúncia coletiva da Diretoria, as eleições realizar-se-ão em Assembléia Geral Extraordinária convocada pelo seu presidente ou por pelo menos 1/5 das associadas.

Artigo 37º – É vedado qualquer tipo de cumulação de cargos pelos membros dos diversos órgãos administrativos.

Artigo 38º – Considera-se inelegível o representante da associada que:



- a) esteja em débito para com a **ACNOR**;
- b) esteja com seus direitos estatutários suspensos; e
- c) tenha sido condenado criminalmente sem possibilidade de recurso e ainda não esteja legalmente reabilitado.

CAPÍTULO VII - DA PERDA DO MANDATO

Artigo 39º – Os membros da Diretoria Executiva perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- I – Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II – Violação deste Estatuto;
- III – Quando deixar de ser o representante de uma associada;
- IV – Usar seu cargo na Associação para fins particulares, quer direta ou indiretamente.
- V – Quando não comparecerem em 03 (três) reuniões, consecutivas, da Diretoria sem qualquer justificativa.

Parágrafo 1º - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Toda suspensão ou destituição de cargo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado ampla defesa.

CAPÍTULO VIII - DO REGIME ECONÔMICO DA ACNOR

Artigo 40º – A gestão financeira da **ACNOR** será regida pelo orçamento votado anualmente pela Assembléia Geral e a ele se cingirá a Diretoria.

Artigo 41º – A ratificação das contas anuais, pela Assembléia, dá plena quitação à Diretoria de sua gestão no exercício decorrido.

CAPÍTULO IX - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E DAS CONTAS

Artigo 42º – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, levantando-se o balanço geral no dia 31 de dezembro de cada ano, que será enviado a todos os associados e se submeterá à aprovação em Assembléia Geral.

Artigo 43º – A Diretoria Executiva encaminhará aos associados, até o dia 30 de novembro de cada ano, proposta orçamentária para o próximo exercício, referente ao custeio da estrutura administrativa da **ACNOR**.



CAPÍTULO X - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Artigo 44º – O patrimônio da **ACNOR** é constituído:

- I – pelas dotações iniciais, em bens móveis e imóveis e em dinheiro, que lhe forem concedidas;
- II – por doações, auxílios, subvenções, contribuições, patrocínios, legados e quaisquer verbas extra orçamentárias que lhe venham a ser destinadas; e
- III – por bens e direitos que venha adquirir.

Artigo 45º – Constituem receitas da **ACNOR**:

- I – As provenientes da administração do seu patrimônio;
- II – As contribuições, a qualquer título, que lhe forem feitas por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- III – As anuidades ou mensalidades pagas pelas associadas;

Artigo 46º – O patrimônio e as receitas da **ACNOR** só poderão ser aplicados na realização de seus objetivos definidos neste Estatuto.

CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO

Artigo 47º – A **ACNOR** não será dissolvida pela saída, insolvência ou decretação de falência ou recuperação judicial de qualquer uma das associadas.

Artigo 48º – A **ACNOR** poderá ser dissolvida por proposta de qualquer uma das associadas, desde que haja o voto concorde de 2/3 (dois terços) das associadas filiadas a entidade, em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, com quórum mínimo de 2/3 dos associados da entidade, em primeira ou segunda chamada, não sendo permitido voto por procuração.

Artigo 49º – Dissolvida a **ACNOR** e após pagas todos os seus compromissos financeiros, o remanescente que houver será doado para entidade de fins não econômicos à ser escolhida e deliberada pela Assembléia de Dissolução..

Parágrafo único – Quando da dissolução da **ACNOR**, caso o saldo financeiro disponível seja insuficiente para a liquidação de seus compromissos, será promovida a chamada de capital entre as associadas para o pagamento destes compromissos.



CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 50º – A ACNOR se absterá peremptoriamente de qualquer participação, atividade ou discussão de natureza religiosa, político ou partidária.

Artigo 51º – Fica facultado a entidade à criação de Delegacias Regionais, com os mesmos objetivos sociais. Terá a Delegacia Regional uma Diretoria que será escolhida pela Presidência, após a apresentação de uma lista tríplice dentre as associadas postulantes. Não sendo aceito nenhum dos nomes apresentados na primeira lista, uma segunda lista será formulada, obrigando-se a Presidência a escolha.

CAPÍTULO XIII - DA LEI, DO FORO E VIGÊNCIA

Artigo 52º – Aplica-se ao presente Estatuto, subsidiariamente, o Código Civil vigente.

Artigo 53º – As partes elegem o foro da comarca de Maringá, Estado do Paraná, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas do presente Contrato.

Artigo 54º – O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Este Estatuto, mantidas todas as atuais associadas, aprovado pelos signatários, é lançado em livro denominado “Livro de Atas de Assembleias Gerais”, cujo “Termo de Abertura” é lançado pelo Presidente, que rubricará todas as suas folhas, e dele serão extraídas cópias, autenticadas por declaração do Presidente, dos Vice-Presidentes e do Conselho Fiscal para fins de registro no Cartório de Registro de Título e Documentos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, devendo a Diretoria tomar providência para tanto.

Maringá – Estado do Paraná, 25 de julho de 2025

Marcos Charles Pereira da Silva
CPF 818.228.639-53
Presidente

Matheus Peralta Dal Seco
CPF 031.003.339-50
Secretário

Renato Benvidio Frata
Advogado
OAB/PR 27.187



Ata de fundação, aprovação de estatuto, eleição e posse da diretoria da ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ.

Aos 25 dias do mês de julho de 2025, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados fundadores, na rua Vereador Basílio Sautchuk, nº 762, Edifício Gran Art Comerciais, sobreloja nº 09, CEP 87.013-190, Zona 01, Município de Maringá, Estado do Paraná, com a finalidade de fundar uma associação, sem fins lucrativos e econômicos, que se denominará **ACNOR - ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ**, com sede e foro na cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, na rua Vereador Basílio Sautchuk, nº 762, sobreloja 09, CEP 87.013-190, Zona 01, Edifício Gran Art Comerciais..

Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la o Sr. **Marcos Charles Pereira da Silva**. Para secretariá-lo foi indicado o Sr. **Mateus Peralta Del Seco**. Logo a seguir, o Sr. Presidente solicitou ao sr. Secretário que procedesse à leitura do projeto de estatuto, artigo por artigo. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Ouvidos os presentes, o estatuto foi, então, aprovado por unanimidade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestão de nomes para comporem os órgãos diretivos, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria, que terão mandato de 02 (dois) anos, com duração até 25 de julho de 2027 e que ficaram assim constituídos:

PRESIDENTE: Marcos Charles Pereira da Silva, brasileiro, casado, empresário, RG nº 4.689.058-2 - SSP-PR, CPF nº 818.228.639-53, residente e domiciliado à Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2855, Condomínio Residencial Mont Blanc, casa 24, Município de Paranavaí, Estado do Paraná, e-mail marcoscharles@gmail.com, representante legal da empresa **PAVSOLO CONSTRUTORA LTDA** (CNPJ 29.909.743/0001-60);

VICE PRESIDENTE SECRETÁRIO: Matheus Peralta Dal Seco, brasileiro, divorciado, Engenheiro Civil, RG nº 7.385.163-7 - SSP-PR, CPF nº 031.003.389-60, residente e domiciliado à Rua Argentino Moreschi, nº 368, Município de Maringá, Estado do Paraná, e-mail mpdseco@hotmail.com, representante constituído da empresa **EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA** (CNPJ 02.539.384/0001-40);

VICE PRESIDENTE TESOUREIRO: Wellington de Melo Volpato, brasileiro, casado, empresário, RG nº 4.425.165-5, CPF nº 024.177.069-62, residente e domiciliado à Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2855, Condomínio Residencial Mont Blanc, casa 25, Município de Paranavaí, Estado do Paraná, e-mail tomvolpato@hotmail.com, representante legal da empresa **ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA LTDA** (CNPJ 05.939.484/0001-52);



VICE PRESIDENTE DIRETOR TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL: Cleber Ruiz Martinez, brasileiro, casado, empresário, RG nº 6.925.696-1, CPF nº 021.110.919-36, residente e domiciliado à Avenida Guarani, 2379, Município de Umuarama, Estado do Paraná, e-mail cleber.rcm@hotmail.com, representante legal da empresa **R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA** (CNPJ 06.129.907/0001-31);

VICE PRESIDENTE DA CONSTRUÇÃO PESADA E INFRA ESTRUTURA: Marcelo Vendrami Marques, brasileiro, casado, empresário, RG nº 4.116.601-0, CPF nº 885.240.439-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº1410, Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, e-mail marcelo.marques@itaipuengenharia.com.br, representante legal da empresa **ITAIPU INDÚSTRIA E COMERCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA** (CNPJ 00.159.291/0001-65);

CONSELHO FISCAL:

Dannylo Licce do Nascimento, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 104785085, CPF nº 090.034.949-24, residente e domiciliado à Rua das Alamandas 267, Município de Santa Fé, Estado do Paraná, e-mail pavimentacaosantafe@gmail.com, representante legal da empresa **TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO SANTA FE LTDA** (CNPJ 08.898.134/0001-83),

Davi Oliveti, brasileiro, casado, empresário RG de nº 8.754.320-0, CPF nº 064.154.339-54, residente e domiciliado à Av Duque de Caxias, 65 – Ap. 2301, Município de Maringá, Estado do Paraná, e-mail davi@contersolo.com.br, representante legal da empresa **CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** (CNPJ 03.436.676/0001-10);

João Weiller, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.479.588-0, CPF nº 284.296.309-10, residente e domiciliado à Avenida Herval, 64, Ed. Icon, Apto. 120, Município de Maringá, Estado do Paraná, e-mail joao@weiller.com.br, representante legal da empresa **WEILLER CONSTRUCAO CIVIL LTDA** (CNPJ 79.986.949/0001-62);

José Valdemir Pereira, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3.078.623-8, CPF nº 424.252.129-49, residente e domiciliado à Rua Amapá, 1687 - apto 1201, Município de Paranavaí, Estado do Paraná, e-mail planurb.pav@uol.com.br, representante legal da empresa **PLANURB PROJETOS E EXECUCAO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA** (CNPJ 22.849.348/0001-90);

Luiz Gabriel de Souza, brasileiro, casado, empresário, RG nº 4.967.339-7, CPF nº 377.496.928-00, residente e domiciliado à rua Cambé, nº 3935, apartamento 502, CEP 87.502-160, Município de Umuarama, Estado do Paraná, e-mail sotram@sotram.com.br, representante legal da empresa **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA** (CNPJ 67.156.943/0001-89).



Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião e eu, secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes, que serão considerados fundadores.

Maringá - Pr, 25 de julho de 2025.

Marcos Charles Pereira da Silva
PAVSOLO CONSTRUTORA LTDA

Matheus Peralta Dal Seco
EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA

Wellington de Melo Volpato
ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA LTDA

Cleber Ruiz Martinez
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Marcelo Vendrami Marques
ITAIPI INDUSTRIA E COM. DE BRITAS E ASFALTO LTDA

Dannylo Licce do Nascimento
TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO SANTA FE LTDA

Davi Oliveti
CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

João Weiller
WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

José Valdemir Pereira
PLANURB PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA

Luiz Gabriel de Souza
SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA.



Emolumentos	27,70
Taxa de Registro	11,60
SS	0,57
UNDEP	1,43
Unarpen	1,26
Distribuidor	10,78
Fotocópias	0,00
Digitalização	0,83
Total R\$	54,16

Validade o Selo Digital em <http://www.funarpen.com.br>



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Selo Eletrônico de Autenticidade - Selo Digital
Av. XV de Novembro, 331
(44) 3029-9453



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 62.964.064/0001-60 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/09/2025</div>
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PUBLICAS DO NOROESTE DO PARANA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO R BASILIO SAUTCHUK,VEREADOR</div>	<div>NÚMERO 762</div>	<div>COMPLEMENTO SLJ ED. GRAN ART 09</div>
<div>CEP 87.013-190</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO ZONA 01</div>	<div>MUNICÍPIO MARINGA</div>
<div>UF PR</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ESC.PESCE@HOTMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (44) 3423-5747/ (44) 3422-2736</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/09/2025</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/09/2025 às 16:03:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1